



Governo do Estado de São Paulo
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo
Gerência de Licitações e Contratos

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO: 90005/2025

CONTRATANTE: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo

OBJETO: Contratação de de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA : 22/09/2025 às 10h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025

Processo Administrativo nº 133.00001826/2025-10

Torna-se público que a **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP**, por meio de sua Gerência de Planejamento e Contratações, sediada à R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 05411-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o

disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano- calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal estimado e total estimado do item para os 12 (doze) meses;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29,

inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL do item descrito na tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência, pelo período total da contratação de 12 (doze) meses.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior**, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais) incidentes sobre o valor TOTAL.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**,

envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase do julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase de habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Termo de Referência que constitui Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados no Termo de Referência que constitui Anexo I deste Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação de cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico (<https://portal.sei.sp.gov.br/sei>)

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar

qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento).

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para a infração descrita no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para as infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descritas no item 12.1.7, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no item 12.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvada a inexecução parcial que não resulte em grave dano à Administração, à qual será aplicada a sanção de advertência.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: compras@arsesp.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet: www.arsesp.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de **Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo II**.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa

14.2.2. O adjudicatário **terá o prazo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.arsesp.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2 ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

14.15.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declarações;

14.15.6 ANEXO VI – LC-01-Termo de Ciência e Notificação ao TCE-SP

14.15.7 ANEXO VII – Termo de Designação de Gestor

14.15.8. ANEXO VIII - LC-02 - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP

São Paulo, na data da assinatura digital.

THIAGO MESQUITA NUNES

Diretor-Presidente

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP

Termo de Referência 48/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
48/2025	392701-ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP	ANA ELIZA FAVERO	27/08/2025 16:53 (v 4.2)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	174/2025	133.00001826/2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP

(Processo Administrativo nº133.00001826/2025-10)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Seguro de Vida em Grupo	26581	Unitário	335	Sigiloso	Sigiloso

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que se caracteriza por cobertura e assistência e não demanda a força de trabalho do prestador de serviços.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 02538438000153-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024

III) Id do item no PCA: 203

IV) Classe/Grupo: 713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES(EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO)EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA

V) Identificador da Futura Contratação: 392701-174/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. OBJETO:

3.1.1 Prestação de serviços de Seguro de Vida em grupo para uma quantidade estimada de 335 vidas, entre cargos ocupados e projetados.

3.1.2 O plano de seguro a ser contratado deverá possuir um número de registro válido na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

3.1.3 A contratada deverá cumprir toda a legislação pertinente ao ramo de seguros e atender às determinações dos órgãos reguladores, incluindo a SUSEP, bem como quaisquer alterações subsequentes na regulamentação.

3.2. COBERTURAS:

3.2.1 As coberturas terão início às 24 horas da data de início da vigência da apólice.

3.2.1.1 Cobertura Básica:

3.2.1.1.1 Morte Qualquer Causa: Pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s) em caso de falecimento do segurado por causas naturais ou acidentais, independentemente da causa ou local de ocorrência, incluindo incêndio, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho durante a vigência do seguro. O capital segurado desta cobertura corresponderá a 100% do valor previsto no prêmio segurado, ou 18 vezes o valor da remuneração do segurado.

3.2.1.2 Cobertura Adicional:

3.2.1.2.1 Indenização Especial de Morte por Acidente: Pagamento de indenização adicional ao(s) beneficiário(s) em caso de morte por acidente, dentro ou fora do ambiente de trabalho, no valor correspondente a 100% do capital segurado na cobertura básica (morte qualquer causa).

3.2.1.2.2 Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Pagamento de indenização ao próprio segurado ou aos beneficiários designados em caso de perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de

acidente pessoal, ocorrida a partir da data de início da vigência desta cláusula. A indenização corresponderá a 100% do capital segurado para a cobertura básica.

3.2.1.2.3 Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença: Pagamento de indenização em caso de invalidez decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, caracterizada por quadro clínico incapacitante que inviabilize irreversivelmente a autonomia do segurado. A indenização corresponderá a 100% do capital segurado para a cobertura básica. O pagamento desta indenização será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.

3.2.1.2.4 Assistência Funeral: A assistência funeral inclui a tomada das providências necessárias em caso de falecimento do segurado. Os serviços serão prestados globalmente, com um limite de cobertura de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), abrangendo os seguintes itens:

- Atendimento: Prestado ao responsável na residência e/ou hospital para recolher todos os documentos necessários para o sepultamento. A funerária tomará todas as providências para a realização do funeral, devolvendo à família toda a documentação original e obtida junto à funerária e comunicando sobre as providências adotadas, isentando a família de transtornos ou despesas.
- Tanatopraxia: Preparação do corpo, incluindo vestimenta, taponagem e maquiagem.
- Urna Mortuária: Urna sextavada de madeira maciça, com ou sem visor, tampo entalhado, seis alças, forrada em tecido, com babado e acabamento em verniz.
- Capela: Locação em salas velatórias públicas.
- Ornamentação: Efeito floral no interior da urna.
- Carro Funerário: Transporte do corpo.
- Sepultamento: Realizado no local escolhido pela família, incluindo o pagamento das taxas de sepultamento.
- Liberação/Remoção: Transferência do corpo da cidade onde ocorreu o óbito para a cidade mais próxima com serviço de cremação.
- Cremação: Organização do serviço em crematório indicado pela família, incluindo o pagamento das taxas de cremação.
- Documentação: Registro em cartório com Guia e Certidão de óbito.
- Translado: Transporte do corpo do local do óbito, seja nacional ou internacionalmente, para a localidade no Brasil determinada pela família. Se for necessária a presença de um membro da família no aeroporto, incluindo a troca de urna (se aplicável) e outros serviços, a contratada deverá providenciar passagens de ida e volta e hospedagem. Os custos relacionados ao traslado do corpo não serão considerados no valor limite para a assistência funeral. As despesas cobertas pela assistência funeral poderão ser realizadas na forma de reembolso, dentro do limite estabelecido de R\$ 5.000,00, mediante apresentação de documentação adequada e comprovação dos gastos.

3.3. CAPITAL SEGUADO:

3.3.1 Refere-se ao valor máximo da cobertura contratada que será pago pela seguradora em caso de sinistro. O capital básico corresponderá:

3.3.1.1 18 (dezoito) vezes a remuneração **mensal** do segurado (servidor celetista) ou subsídio (servidor estatutário), vigente no mês do evento, incluindo todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente (tais como salário-base, subsídio e adicional por tempo de serviço, conforme os valores apresentados no quadro: Estimativa das Quantidades a serem contratadas, constante do ETP);

3.3.1.2 acréscimo de 18 (dezoito) vezes a **média aritmética** das parcelas remuneratórias **variáveis** pagas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento (adicional de periculosidade e congêneres), calculada em unidades de cada parcela e convertida pelo **valor atualizado dessas parcelas no próprio mês do evento**, de modo a refletir eventual reajuste salarial ou alteração de alíquota. Caso o segurado não disponha de 12 meses completos de histórico, a média será apurada sobre o período efetivamente trabalhado.

3.3.1.3 Para fins de cálculo do prêmio mensal, a parcela variável do capital do segurado será a efetivamente paga no mês de referência.

3.3.2 É importante observar que, embora o valor do capital segurado seja calculado com base na estimativa de 335 vidas, não há qualquer garantia de que o quadro de segurados atingirá esse número máximo. O valor do capital segurado para cada segurado poderá variar conforme mudanças na composição do grupo segurado e, portanto, pode não corresponder ao valor máximo estimado.

3.4. ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SEGUADO:

3.4.1 O capital segurado será automaticamente reajustado sempre que houver correção da tabela salarial ou alteração nas vantagens pecuniárias do servidor.

3.5. PRÊMIO:

3.5.1 O prêmio corresponde ao valor que a contratante pagará mensalmente para custear o seguro. Será calculado da seguinte forma:

$$\text{Prêmio} = \sum (\text{Capital Segurado Individual}) \times (\text{Taxa Mensal do Seguro})$$

Onde:

- \sum = Somatória dos valores individuais
- Capital Segurado Individual = Valor correspondente à soma das vantagens pecuniárias de caráter permanente do segurado, somada à parcela remuneratória variável do mês correspondente, multiplicado por 18
- Taxa Mensal do Seguro = Percentual correspondente à taxa do seguro

3.5.2 O valor do prêmio poderá variar conforme a demanda de vidas seguradas, com ajustes resultantes de novas inclusões, exclusões ou alterações na remuneração mensal do segurado. O faturamento do prêmio deve contemplar o período de um mês, do primeiro ao último dia do mês. No primeiro e no último mês do contrato, serão admitidos faturamentos pró-rata, proporcional ao período efetivamente coberto, para ajustar o prêmio ao período específico.

3.5.3 A contratante enviará eletronicamente a relação de segurados, em período a ser definido após a assinatura do contrato, contendo nome completo, CPF, data de nascimento, data de admissão e remuneração do período.

3.5.4 Após o recebimento do arquivo, a seguradora atualizará o cadastro em seu banco de dados para a emissão da fatura e da nota fiscal.

3.6. REAJUSTE DO VALOR DO PRÊMIO:

3.6.1 O valor da taxa mensal será fixo e irrevogável durante o prazo de vigência do contrato.

3.7. CUSTEIO DO SEGURO:

3.7.1 A forma de custeio do seguro será não contributória, ou seja, o prêmio será pago integralmente pela ARSESP, sem qualquer ônus ao servidor segurado.

3.8. SEGURADOS:

3.8.1 A inclusão será compulsória para todos os servidores ativos, sejam celetistas ou estatutários. São considerados segurados, sem limite de idade ou outras condições, todos os servidores ativos do quadro da ARSESP.

3.8.2 Farão parte do grupo segurado todos os empregados da ARSESP, inclusive os que estão usufruindo de auxílio-doença previdenciário ou acidentado, afastado por invalidez por doença em caráter provisório, assim como aqueles que retornarem após o início da vigência do contrato para suas atividades laborais e aqueles que venham a ingressar posteriormente no quadro funcional da Agência.

3.9. ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE VIDAS SEGURADAS:

3.9.1 As alterações, incluindo acréscimos e supressões de segurados, ocorrerão de acordo com os limites previstos na legislação vigente e estabelecidos em contrato.

3.10. INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E EXCLUSÃO DOS SEGURADOS:

3.10.1 Inclusão:

3.10.1.1 As inclusões poderão ocorrer a qualquer momento e serão informadas pela contratante por meio eletrônico.

3.10.1.2 Os empregados/servidores admitidos farão automaticamente parte do grupo segurado, independentemente da idade e de quaisquer outras condições.

3.10.1.3 Em caso de sinistro ocorrido com servidor não listado, por questões de ordem técnica, como os recém-admitidos, não haverá prejuízo à concessão do benefício ao segurado.

3.10.1.4 As inclusões e exclusões dos segurados serão processadas mensalmente através do envio, pela contratante, de uma relação por meio eletrônico contendo nome completo, CPF, data de nascimento, data de admissão e remuneração do período.

3.10.1.5 Os segurados estarão dispensados da realização de exame médico prévio e de cumprimento de prazo de carência, exceto no caso de suicídio, conforme previsto no artigo 798 do Código Civil, ou posteriores alterações sobre o tema.

3.10.2 Exclusão:

3.10.2.1 O servidor que se desligar da ARSESP deixará de fazer jus ao seguro de vida em grupo e será excluído da apólice no primeiro dia do mês subsequente ao mês do desligamento.

3.10.2.2 Em caso de demissão do servidor, o recolhimento mensal a ser feito pela contratante será deduzido do respectivo prêmio.

3.10.3 Permanência:

3.10.3.1 Os empregados/servidores não perderão a condição de segurados em caso de afastamento ou licença, desde que concedidos sem prejuízo de vencimentos, incluindo afastamentos médicos superiores a 15 dias e licença maternidade.

3.10.3.2 Os empregados/servidores que se licenciaram do trabalho durante o período de vigência da apólice terão seus direitos às coberturas do seguro preservados como se estivessem em atividade, exceto nos casos de afastamento por procedimentos administrativos.

3.10.3.3 Os empregados/servidores, mesmo em férias, durante o período de vigência da apólice, terão seu direito às coberturas do seguro preservado como se estivessem em atividade.

3.11. INDICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS:

3.11.1 O segurado tem a liberdade de indicar seus beneficiários preenchendo o cartão de proposta de adesão. Em qualquer momento, o segurado pode nomear ou substituir os beneficiários mediante comunicação por escrito à seguradora. As alterações entrarão em vigor a partir da assinatura do respectivo pedido por parte do segurado.

3.11.2 Na ausência de indicação de beneficiários, o capital segurado será distribuído conforme as disposições do Código Civil Brasileiro em vigor, especificamente nos artigos 792 e 793:

Art. 792: Na falta de indicação de beneficiários, ou se a indicação feita não prevalecer por qualquer motivo, o capital segurado será dividido da seguinte forma: metade para o cônjuge não separado judicialmente e a outra metade para os herdeiros do segurado, respeitando a ordem da vocação hereditária. Se não houver pessoas qualificadas para receber o capital conforme este artigo, serão beneficiários aqueles que comprovarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

Art. 793: É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.

3.12. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES:

3.12.1 As indenizações e sinistros deverão ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação completa exigida à seguradora e deverão seguir as normativas vigentes.

3.12.2 Caso a contratada efetue o pagamento da indenização com atraso, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e o índice divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de atualização monetária conforme índice previsto contratualmente, observado o limite da legislação aplicável.

3.12.3 Se for solicitada documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante no item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada.

3.12.4 Se, após o pagamento da indenização por invalidez permanente por acidente (IPA), ocorrer a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, o valor já pago por invalidez permanente deverá ser deduzido do capital segurado por morte.

3.12.5 Comprovando-se a existência de doença terminal e obedecidos todos os critérios para a determinação desta garantia, o pagamento da antecipação do capital segurado será efetuado em uma única vez. A cobertura de paciente em fase terminal é uma antecipação da garantia básica (morte); portanto, seu pagamento extingue automaticamente a cobertura integral do seguro.

3.12.6 Na hipótese de falecimento do segurado principal antes do pagamento único do capital segurado individual, o benefício aqui previsto será imediatamente cancelado, permanecendo, entretanto, o direito dos beneficiários do segurado de receber a indenização por morte.

3.12.7 Em caso de ocorrência de sinistro, o segurado ou quem o representar deverá comunicar diretamente à ARSESP a ocorrência do sinistro para ser orientado sobre os procedimentos, documentos e prazos necessários para a liquidação do sinistro, que serão encaminhados à seguradora.

3.12.8 A contratada será responsável pelo pagamento do sinistro aos beneficiários, não cabendo à contratante o pagamento ou recebimento de nenhum valor referente à liquidação do sinistro.

3.12.9 Não haverá prazo prescricional para o aviso de sinistro, salvo disposição contrária específica para determinada cobertura regulada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

3.13. DOCUMENTOS PARA ABERTURA DE SINISTRO:

3.13.1 Para abertura de sinistros, será necessário fornecer a documentação completa, incluindo certidão de óbito, laudos médicos e qualquer outro documento solicitado pela seguradora. A lista detalhada de documentos exigidos estará disponível na apólice.

3.14. ÂMBITO GEOGRÁFICO:

3.14.1 As garantias do seguro previstas nestas condições aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

3.14.2 A cobertura por morte abrange o falecimento do segurado em qualquer parte do globo terrestre. O serviço de sepultamento ou cremação é restrito ao território brasileiro, porém inclui a prestação do serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

3.15. APÓLICE E CERTIFICADO INDIVIDUAL:

3.15.1 A contratada deverá fornecer a apólice do seguro em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, formalizando a aceitação da cobertura solicitada pelo estipulante.

3.15.2 A contratada deverá fornecer, também em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, o certificado individual dos segurados, contendo, no mínimo:

- Nome do segurado;
- Período de vigência da apólice, incluindo datas de início e término das coberturas contratadas;
- Valor monetário do capital segurado para cada garantia.
- A cada renovação contratual, a apólice e os certificados individuais deverão ser atualizados.

3.16. VIGÊNCIA DA APÓLICE:

3.16.1 O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de início da vigência da apólice, podendo ser prorrogada de acordo com os termos previstos na legislação vigente e estabelecidos em contrato.

3.16.2 A contratada poderá se opor à prorrogação da vigência da apólice, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

3.17. CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.17.1 A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet ou por telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a ARSESP, para que os segurados e beneficiários possam obter informações relacionadas à assistência funeral, tirar dúvidas sobre documentações, acompanhar solicitações e pagamentos de sinistros.

3.17.2 A contratada disponibilizará um canal de comunicação aos gestores e fiscais designados para o contrato, por telefone e meios eletrônicos.

3.17.3 Qualquer solicitação feita pela contratante deverá ser respondida em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação.

3.17.4 A contratada deverá observar todas as condições e obrigações constantes do termo de confidencialidade, sigilo e uso.

3.17.5 A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação pertinente ao ramo de seguros, bem como atender às determinações dos órgãos reguladores e quaisquer alterações subsequentes na regulamentação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Sem prejuízo do cumprimento integral da legislação ambiental, social e de integridade aplicável, a contratação deverá observar, sempre que pertinente, os princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e demais normas complementares, não se exigindo requisitos específicos adicionais em razão da natureza do objeto (serviço de seguro de vida).

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto terá início na data da assinatura do contrato correndo por conta do Contratado todas as despesas decorrentes e necessárias a sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

Rotinas a serem cumpridas

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1. Emissão da apólice e certificado individual;

5.2.2. Faturamento mensal;

5.2.3. Pagamento dos sinistros;

5.2.4. Pagamento do auxílio funeral;

5.2.5. Assistência para o Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. No último cinco anos (2019 a 2024) ocorreram 3 (três) eventos morte natural;

5.3.2. Há admissão e demissão de pessoal, o que pode mudar a característica do público segurado (gênero, idade, situação de saúde, remuneração etc.).

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, o CONTRATADO entregará relatório contendo os quantitativos totais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

7.1.2. O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

7.1.3. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados.

7.1.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando ao CONTRATADO o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade de corretagem de seguros de vida, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) nos termos do art. 3º. da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço de seguro de vida coletivo para grupo composto por, no mínimo 150 segurados, em um único contrato, em condições similares às exigidas no objeto da contratação pretendida, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Especificação do tipo de serviço realizado, com indicação das quantidades, prazo contratual, datas de início e término e local de prestação, devendo as quantidades comprovadas, isoladamente, corresponder a, no mínimo, 150 segurados, em conformidade com o autorizado pelos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

8.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.26.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 392701/39058;
- II) Fonte de Recursos: 150140;
- III) Programa de Trabalho: 17122393762290000;
- IV) Elemento de Despesa: 339039;
- V) Plano Interno: 000.000.0100;


10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente (s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA ELIZA FAVERO

Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 27/08/2025 às 15:44:50.

GHISELA MARTINS FRITSCHI

Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 27/08/2025 às 16:53:55.

15 de 15

Anexo II
Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar 37/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 133.00001826/2025-10

2. Descrição da necessidade

A ARSESP mantém, desde 2019, contrato com a empresa Mapfre Vida S.A. para prestação de serviços de seguro de vida em grupo aos seus empregados ativos. O contrato, de natureza contínua, teve execução iniciada em **11/10/2019** e alcançou o limite legal de **60 (sessenta) meses de vigência**, conforme o artigo 57, inciso II, da **Lei Federal nº 8.666/1993**.

Para evitar descontinuidade na cobertura securitária e permitir tempo hábil para instrução de novo processo licitatório, a ARSESP celebrou, em **10/10/2024**, o **6º Termo Aditivo ao Contrato ARSESP/PE/11/2019**, com **base no §4º do mesmo artigo**, que admite, excepcionalmente, a prorrogação de prazo contratual nos casos em que o interesse público estiver devidamente justificado.

Cumprida a prorrogação excepcional, **não será possível novo aditamento**, sendo imprescindível a **realização de nova licitação** com vigência a partir de outubro de 2025, assegurando a continuidade do serviço e a proteção institucional conferida pelo benefício.

A contratação é amparada pelo **artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 1.322/2018**, que autoriza a concessão de benefícios como seguro de vida em grupo aos empregados públicos da Agência, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Recursos Humanos	Ghisela Martins Fritschi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além dos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, e visando garantir o cumprimento do prazo de execução, a qualidade e a segurança do objeto desta contratação, conforme os termos do **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, são requisitos mínimos para a contratação do seguro de vida em grupo:

- Registro e autorização:** a licitante deve apresentar comprovação, emitida pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, atestando que está devidamente registrada e autorizada a comercializar "Seguro de Vida em Grupo", incluindo o número do processo SUSEP correspondente. A regularidade do registro deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato.
- Atestado de capacidade técnica:** a licitante deve fornecer um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, que comprove a execução de serviço de seguro de vida coletivo para grupo composto por, no mínimo 150 segurados, em um único contrato, em condições similares às exigidas no objeto da contratação pretendida. Tal exigência tem por objetivo verificar que a empresa tem experiência relevante e os recursos necessários para fornecer seguro de vida em grupo com complexidade tecnológica e operacional similares a da presente contratação.

De acordo com o art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital. A contratação de seguro de vida em grupo se enquadra como **serviço comum**, pois os padrões de cobertura e critérios de avaliação são amplamente reconhecidos e estabelecidos no mercado segurador. A oferta de seguros de vida segue normativas claras e regulatórias, facilitando a definição precisa das exigências contratuais.

A contratação terá prazo de vigência de **1 (um) ano**, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A apólice deverá ser renovada ano a ano.

Além das especificações estabelecidas neste item, a contratada deverá atender/obedecer toda a legislação atinente ao setor de seguros privados no Brasil, em especial, a Resolução CNSP nº 439, de 2022, a Circular SUSEP nº 667, de 4 de julho de 2022, e outras que vierem a surgir, incluindo as diretrizes de boas práticas e transparência no mercado de seguros.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento de mercado tem como objetivo fornecer subsídios técnicos para a elaboração do Termo de Referência e a condução do processo licitatório, observando as melhores práticas do setor público na contratação de seguro de vida em grupo. A pesquisa envolveu a identificação dos principais normativos legais e regulatórios, a análise das coberturas praticadas por seguradoras atuantes no mercado, bem como o exame comparativo de licitações anteriores conduzidas por outros órgãos da Administração Pública.

Metodologia

1. Análise Normativa

Foram consultadas as seguintes normas e regulamentações:

- **Regulamentos da SUSEP:** orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados sobre a operação de seguros de pessoas, especialmente no tocante à padronização de coberturas, cláusulas contratuais e limites de responsabilidade;
- **Decreto-Lei nº 73/1966:** que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e define competências da SUSEP;
- **Decreto nº 60.459/1967:** regulamenta dispositivos do Decreto-Lei nº 73/66;
- **Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024:** dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (entrará em vigor um ano após sua publicação);
- **Outras normas complementares:** incluindo resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e circulares da SUSEP aplicáveis à contratação de seguros de vida em grupo pela Administração Pública.

2. Pesquisa de Mercado

A análise de mercado envolveu:

- **Identificação das principais seguradoras** com atuação no ramo de seguro de vida em grupo, registradas e autorizadas pela SUSEP;
- **Análise das coberturas usualmente autorizadas e praticadas**, tais como:
 - Morte por qualquer causa;
 - Morte acidental (indenização adicional);
 - Invalidez permanente total ou parcial por acidente;
 - Invalidez funcional permanente e total por doença;

- Doenças graves (opcional);
- Assistência funeral;
- **Verificação de aspectos técnicos, como:**
 - Prazos de carência;
 - Exclusões contratuais e limitações de cobertura;
 - Critérios para aceitação automática dos segurados;
 - Regras de reajuste, precificação e sinistralidade.

3. Consulta a Editais e Processos de Contratação Pública

Foram analisados processos de licitação e editais públicos recentes que envolveram a contratação de seguros similares, com o objetivo de identificar boas práticas, cláusulas técnicas padronizadas, critérios de julgamento e exigências de habilitação compatíveis com o mercado. Dentre os processos consultados, destacam-se:

- **Pregão Eletrônico ARTESP nº 015/2022** – Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo Disponível em:
<http://www.artesp.sp.gov.br/Shared%20Documents/ASSINADO%20-%20Edital%20Preg%C3%A3o%20Eletr%C3%B4nico%20n%C2%BA%20015-2022%20-%20Seguro%20de%20Vida.pdf>
- **Pregão Eletrônico Companhia Docas do Ceará nº 17/2023**
Disponível em:
https://www.docasdoceara.com.br/_files/ugd/a321a8_78b656e4bf2e434fbcacca77e1a6007c.pdf
- **Processo Licitatório nº 2024-PR-0002-FE – ComprasNet**
Disponível em:
<https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/edital-168008-5-90002-2024>
- **Processo SEI nº 253.00000303/2024-54 – SEI**
Processo de contratação, por meio de pregão eletrônico, de seguros de vida e contra acidentes pessoais, com o objetivo de trazer cobertura aos alunos estagiários da UNIVESP durante o desenvolvimento de suas atividades.

Por fim, prospectando e analisando as alternativas de possíveis soluções, verifica-se que a necessidade administrativa pode ser atendida apenas pela contratação de empresa seguradora para prestação dos serviços, uma vez que a ARSESP não tem as condições básicas para oferecer tal serviço de forma autogerida.

6. Descrição da solução como um todo

1. OBJETO:

- 1.1 Prestação de serviços de Seguro de Vida em grupo para uma quantidade estimada de 335 vidas, entre cargos ocupados e projetados.
- 1.2 O plano de seguro a ser contratado deverá possuir um número de registro válido na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
- 1.3 A contratada deverá cumprir toda a legislação pertinente ao ramo de seguros e atender às determinações dos órgãos reguladores, incluindo a SUSEP, bem como quaisquer alterações subsequentes na regulamentação.

2. COBERTURAS:

- 2.1 As coberturas terão início às 24 horas da data de início da vigência da apólice.

2.1.1 Cobertura Básica:

- 2.1.1.1 Morte Qualquer Causa: Pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s) em caso de falecimento do segurado por causas naturais ou acidentais, independentemente da causa ou local de ocorrência, incluindo incêndio, tanto

dentro quanto fora do ambiente de trabalho durante a vigência do seguro. O capital segurado desta cobertura corresponderá a 100% do valor previsto no prêmio segurado, ou 18 vezes o valor da remuneração do segurado.

2.1.2 Cobertura Adicional:

2.1.2.1 Indenização Especial de Morte por Acidente: Pagamento de indenização adicional ao(s) beneficiário(s) em caso de morte por acidente, dentro ou fora do ambiente de trabalho, no valor correspondente a 100% do capital segurado na cobertura básica (morte qualquer causa).

2.1.2.2 Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Pagamento de indenização ao próprio segurado ou aos beneficiários designados em caso de perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de acidente pessoal, ocorrida a partir da data de início da vigência desta cláusula. A indenização corresponderá a 100% do capital segurado para a cobertura básica.

2.1.2.3 Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença: Pagamento de indenização em caso de invalidez decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, caracterizada por quadro clínico incapacitante que inviabilize irreversivelmente a autonomia do segurado. A indenização corresponderá a 100% do capital segurado para a cobertura básica. O pagamento desta indenização será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.

2.1.2.4 Assistência Funeral: A assistência funeral inclui a tomada das providências necessárias em caso de falecimento do segurado. Os serviços serão prestados globalmente, com um limite de cobertura de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), abrangendo os seguintes itens:

- Atendimento: Prestado ao responsável na residência e/ou hospital para recolher todos os documentos necessários para o sepultamento. A funerária tomará todas as providências para a realização do funeral, devolvendo à família toda a documentação original e obituário junto à funerária e comunicando sobre as providências adotadas, isentando a família de transtornos ou despesas.
- Tanatopraxia: Preparação do corpo, incluindo vestimenta, taponagem e maquiagem.
- Urna Mortuária: Urna sextavada de madeira maciça, com ou sem visor, tampo entalhado, seis alças, forrada em tecido, com babado e acabamento em verniz.
- Capela: Locação em salas velatórias públicas.
- Ornamentação: Efeito floral no interior da urna.
- Carro Funerário: Transporte do corpo.
- Sepultamento: Realizado no local escolhido pela família, incluindo o pagamento das taxas de sepultamento.
- Liberação/Remoção: Transferência do corpo da cidade onde ocorreu o óbito para a cidade mais próxima com serviço de cremação.
- Cremação: Organização do serviço em crematório indicado pela família, incluindo o pagamento das taxas de cremação.
- Documentação: Registro em cartório com Guia e Certidão de óbito.
- Translado: Transporte do corpo do local do óbito, seja nacional ou internacionalmente, para a localidade no Brasil determinada pela família. Se for necessária a presença de um membro da família no aeroporto, incluindo a troca de urna (se aplicável) e outros serviços, a contratada deverá providenciar passagens de ida e volta e hospedagem. Os custos relacionados ao traslado do corpo não serão considerados no valor limite para a assistência funeral. As despesas cobertas pela assistência funeral poderão ser realizadas na forma de reembolso, dentro do limite estabelecido de R\$ 5.000,00, mediante apresentação de documentação adequada e comprovação dos gastos.

3. CAPITAL SEGURADO:

3.1 Refere-se ao valor máximo da cobertura contratada que será pago pela seguradora em caso de sinistro. O capital básico corresponderá:

3.1.1 18 (dezoito) vezes a remuneração **mensal** do segurado (servidor celetista) ou subsídio (servidor estatutário), vigente no mês do evento, incluindo todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente (tais como salário-base, subsídio e adicional por tempo de serviço, conforme os valores apresentados no quadro: Estimativa das Quantidades a serem contratadas, constante do ETP);

3.1.2 acrescido de 18 (dezoito) vezes a **média aritmética** das parcelas remuneratórias **variáveis** pagas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento (adicional de periculosidade e congêneres), calculada em unidades de cada parcela e convertida pelo **valor atualizado dessas parcelas no próprio mês do evento**, de modo a refletir eventual reajuste salarial ou alteração de alíquota. Caso o segurado não disponha de 12 meses completos de histórico, a média será apurada sobre o período efetivamente trabalhado.

3.1.3 Para fins de cálculo do prêmio mensal, a parcela variável do capital do segurado será a efetivamente paga no mês de referência.

3.2 É importante observar que, embora o valor do capital segurado seja calculado com base na estimativa de 335 vidas, não há qualquer garantia de que o quadro de segurados atingirá esse número máximo. O valor do capital segurado para cada segurado poderá variar conforme mudanças na composição do grupo segurado e, portanto, pode não corresponder ao valor máximo estimado.

4. ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO:

4.1 O capital segurado será automaticamente reajustado sempre que houver correção da tabela salarial ou alteração nas vantagens pecuniárias do servidor.

5. PRÊMIO:

5.1 O prêmio corresponde ao valor que a contratante pagará mensalmente para custear o seguro. Será calculado da seguinte forma:

$$\text{Prêmio} = \sum (\text{Capital Segurado Individual}) \times (\text{Taxa Mensal do Seguro})$$

Onde:

- \sum = Somatória dos valores individuais
- Capital Segurado Individual = Valor correspondente à soma das vantagens pecuniárias de caráter permanente do segurado, somada à parcela remuneratória variável do mês correspondente, multiplicado por 18
- Taxa Mensal do Seguro = Percentual correspondente à taxa do seguro

5.2 O valor do prêmio poderá variar conforme a demanda de vidas seguradas, com ajustes resultantes de novas inclusões, exclusões ou alterações na remuneração mensal do segurado. O faturamento do prêmio deve contemplar o período de um mês, do primeiro ao último dia do mês. No primeiro e no último mês do contrato, serão admitidos faturamentos pró-rata, proporcional ao período efetivamente coberto, para ajustar o prêmio ao período específico.

5.3 A contratante enviará eletronicamente a relação de segurados, em período a ser definido após a assinatura do contrato, contendo nome completo, CPF, data de nascimento, data de admissão e remuneração do período.

5.4 Após o recebimento do arquivo, a seguradora atualizará o cadastro em seu banco de dados para a emissão da fatura e da nota fiscal.

6. REAJUSTE DO VALOR DO PRÊMIO:

6.1 O valor da taxa mensal será fixo e irreajustável durante o prazo de vigência do contrato.

7. CUSTEIO DO SEGURO:

7.1 A forma de custeio do seguro será não contributária, ou seja, o prêmio será pago integralmente pela ARSESP, sem qualquer ônus ao servidor segurado.

8. SEGURADOS:

8.1 A inclusão será compulsória para todos os servidores ativos, sejam celetistas ou estatutários. São considerados segurados, sem limite de idade ou outras condições, todos os servidores ativos do quadro da ARSESP.

8.2 Farão parte do grupo segurado todos os empregados da ARSESP, inclusive os que estão usufruindo de auxílio-doença previdenciário ou acidentado, afastado por invalidez por doença em caráter provisório, assim como aqueles que retornarem após o início da vigência do contrato para suas atividades laborais e aqueles que venham a ingressar posteriormente no quadro funcional da Agência.

9. ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE VIDAS SEGURADAS:

9.1 As alterações, incluindo acréscimos e supressões de segurados, ocorrerão de acordo com os limites previstos na legislação vigente e estabelecidos em contrato.

10. INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E EXCLUSÃO DOS SEGURADOS:

10.1 Inclusão:

10.1.1 As inclusões poderão ocorrer a qualquer momento e serão informadas pela contratante por meio eletrônico.

10.1.2 Os empregados/servidores admitidos farão automaticamente parte do grupo segurado, independentemente da idade e de quaisquer outras condições.

10.1.3 Em caso de sinistro ocorrido com servidor não listado, por questões de ordem técnica, como os recém-admitidos, não haverá prejuízo à concessão do benefício ao segurado.

10.1.4 As inclusões e exclusões dos segurados serão processadas mensalmente através do envio, pela contratante, de uma relação por meio eletrônico contendo nome completo, CPF, data de nascimento, data de admissão e remuneração do período.

10.1.5 Os segurados estarão dispensados da realização de exame médico prévio e de cumprimento de prazo de carência, exceto no caso de suicídio, conforme previsto no artigo 798 do Código Civil, ou posteriores alterações sobre o tema.

10.2 Exclusão:

10.2.1 O servidor que se desligar da ARSESP deixará de fazer jus ao seguro de vida em grupo e será excluído da apólice no primeiro dia do mês subsequente ao mês do desligamento.

10.2.2 Em caso de demissão do servidor, o recolhimento mensal a ser feito pela contratante será deduzido do respectivo prêmio.

10.3 Permanência:

10.3.1 Os empregados/servidores não perderão a condição de segurados em caso de afastamento ou licença, desde que concedidos sem prejuízo de vencimentos, incluindo afastamentos médicos superiores a 15 dias e licença maternidade.

10.3.2 Os empregados/servidores que se licenciaram do trabalho durante o período de vigência da apólice terão seus direitos às coberturas do seguro preservados como se estivessem em atividade, exceto nos casos de afastamento por procedimentos administrativos.

10.3.3 Os empregados/servidores, mesmo em férias, durante o período de vigência da apólice, terão seu direito às coberturas do seguro preservado como se estivessem em atividade.

11. INDICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS:

11.1 O segurado tem a liberdade de indicar seus beneficiários preenchendo o cartão de proposta de adesão. Em qualquer momento, o segurado pode nomear ou substituir os beneficiários mediante comunicação por escrito à seguradora. As alterações entrarão em vigor a partir da assinatura do respectivo pedido por parte do segurado.

11.2 Na ausência de indicação de beneficiários, o capital segurado será distribuído conforme as disposições do Código Civil Brasileiro em vigor, especificamente nos artigos 792 e 793:

Art. 792: Na falta de indicação de beneficiários, ou se a indicação feita não prevalecer por qualquer motivo, o capital segurado será dividido da seguinte forma: metade para o cônjuge não separado judicialmente e a outra metade para os herdeiros do segurado, respeitando a ordem da vocação hereditária. Se não houver pessoas qualificadas para receber o capital conforme este artigo, serão beneficiários aqueles que comprovarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

Art. 793: É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.

12. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES:

12.1 As indenizações e sinistros deverão ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação completa exigida à seguradora e deverão seguir as normativas vigentes.

12.2 Caso a contratada efetue o pagamento da indenização com atraso, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o

último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e o índice divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de atualização monetária conforme índice previsto contratualmente, observado o limite da legislação aplicável.

12.3 Se for solicitada documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante no item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada.

12.4 Se, após o pagamento da indenização por invalidez permanente por acidente (IPA), ocorrer a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, o valor já pago por invalidez permanente deverá ser deduzido do capital segurado por morte.

12.5 Comprovando-se a existência de doença terminal e obedecidos todos os critérios para a determinação desta garantia, o pagamento da antecipação do capital segurado será efetuado em uma única vez. A cobertura de paciente em fase terminal é uma antecipação da garantia básica (morte); portanto, seu pagamento extingue automaticamente a cobertura integral do seguro.

12.6 Na hipótese de falecimento do segurado principal antes do pagamento único do capital segurado individual, o benefício aqui previsto será imediatamente cancelado, permanecendo, entretanto, o direito dos beneficiários do segurado de receber a indenização por morte.

12.7 Em caso de ocorrência de sinistro, o segurado ou quem o representar deverá comunicar diretamente à ARSESP a ocorrência do sinistro para ser orientado sobre os procedimentos, documentos e prazos necessários para a liquidação do sinistro, que serão encaminhados à seguradora.

12.8 A contratada será responsável pelo pagamento do sinistro aos beneficiários, não cabendo à contratante o pagamento ou recebimento de nenhum valor referente à liquidação do sinistro.

12.9 Não haverá prazo prescricional para o aviso de sinistro, salvo disposição contrária específica para determinada cobertura regulada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

13. DOCUMENTOS PARA ABERTURA DE SINISTRO:

13.1 Para abertura de sinistros, será necessário fornecer a documentação completa, incluindo certidão de óbito, laudos médicos e qualquer outro documento solicitado pela seguradora. A lista detalhada de documentos exigidos estará disponível na apólice.

14. ÂMBITO GEOGRÁFICO:

14.1 As garantias do seguro previstas nestas condições aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

14.2 A cobertura por morte abrange o falecimento do segurado em qualquer parte do globo terrestre. O serviço de sepultamento ou cremação é restrito ao território brasileiro, porém inclui a prestação do serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

15. APÓLICE E CERTIFICADO INDIVIDUAL:

15.1 A contratada deverá fornecer a apólice do seguro em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, formalizando a aceitação da cobertura solicitada pelo estipulante.

15.2 A contratada deverá fornecer, também em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, o certificado individual dos segurados, contendo, no mínimo:

- Nome do segurado;
- Período de vigência da apólice, incluindo datas de início e término das coberturas contratadas;
- Valor monetário do capital segurado para cada garantia.
- A cada renovação contratual, a apólice e os certificados individuais deverão ser atualizados.

16. VIGÊNCIA DA APÓLICE:

16.1 O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de início da vigência da apólice, podendo ser prorrogada de acordo com os termos previstos na legislação vigente e estabelecidos em contrato.

16.2 A contratada poderá se opor à prorrogação da vigência da apólice, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

17. CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

17.1 A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet ou por telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a ARSESP, para que os segurados e beneficiários possam obter informações relacionadas à assistência funeral, tirar dúvidas sobre documentações, acompanhar solicitações e pagamentos de sinistros.

17.2 A contratada disponibilizará um canal de comunicação aos gestores e fiscais designados para o contrato, por telefone e meios eletrônicos.

17.3 Qualquer solicitação feita pela contratante deverá ser respondida em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação.

17.4 A contratada deverá observar todas as condições e obrigações constantes do termo de confidencialidade, sigilo e uso.

17.5 A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação pertinente ao ramo de seguros, bem como atender às determinações dos órgãos reguladores e quaisquer alterações subsequentes na regulamentação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia empregada para a estimativa do número de vidas a serem seguradas considerou o **quadro de pessoal da ARSESP com referência em 21/05/2025**, abrangendo tanto os **195 vínculos ocupados na data-base**, quanto as **140 vagas previstas em lei**, que, embora ainda não estejam preenchidas, estão disponíveis para futuras admissões ou designações. Dessa forma, foi estimado um total de **335 vidas**, entre segurados ativos e projetados.

Importa destacar que essa estimativa não representa garantia de que o quadro será integralmente preenchido, podendo haver variações conforme novas admissões, demissões ou alterações na estrutura organizacional da Agência. Assim, a estimativa serve como parâmetro para dimensionamento da contratação, estando **sujeita a ajustes dinâmicos** durante a vigência contratual, conforme a evolução real do quadro funcional.

Sinistros registrados nos últimos 5 anos: três mortes naturais, uma em 2021, outra em 2023 e a última em 2024.

Afastamentos em razão de saúde de 2022 até 2025: 7 servidores.

Afastamentos em andamento (maio de 2025): 1 servidor.

QUADRO DE VIDAS						
Seq.	Gênero	Nascimento	Cargo	Remuneração Fixa em R\$	Remuneração Variável em R\$	Remuneração Total em R\$
1	M	01/08/1975	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
2	M	17/07/1991	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
3	F	16/08/1983	Analista de Suporte a Regulação I A	11402,60	0,00	11402,60
4	M	07/11/1977	Analista de Suporte a Regulação I A	11920,90	0,00	11920,90
5	F	16/06/1989	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
6	F	23/06/1980	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
7	M	20/12/1986	Analista de Suporte a Regulação II C	13049,59	0,00	13049,59
8	M	31/08/1988	Analista de Suporte a Regulação II C	13049,59	0,00	13049,59
9	M	23/12/1959	Analista de Suporte a Regulação III B	14073,09	0,00	14073,09

10	M	21/01/1974	Analista de Suporte a Regulação IV B	16887,70	0,00	16887,70
11	F	04/02/1983	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
12	M	06/02/1981	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
13	F	20/02/1973	Analista de Suporte a Regulação IV B	16184,05	0,00	16184,05
14	M	29/04/1952	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
15	F	18/11/1974	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
16	M	31/01/1967	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
17	M	06/04/1966	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
18	M	13/02/1982	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
19	F	07/12/1968	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
20	M	18/08/1952	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
21	F	07/09/1970	Analista de Suporte a Regulação IV B	15480,39	0,00	15480,39
22	M	08/08/1977	Analista de Suporte a Regulação IV C	15790,00	0,00	15790,00
23	F	21/06/1961	Analista de Suporte a Regulação IV C	15790,00	0,00	15790,00
24	F	06/09/1973	Analista de Suporte a Regulação IV C	17943,18	0,00	17943,18
25	F	09/04/1974	Analista de Suporte a Regulação IV C	17943,18	0,00	17943,18
26	M	26/10/1968	Analista de Suporte a Regulação IV C	15790,00	0,00	15790,00
27	F	19/07/1984	Assessor Especial I	13347,00	0,00	13347,00
28	F	25/05/1989	Assessor Especial I	13347,00	0,00	13347,00
29	F	14/02/1968	Assessor Especial II	16313,00	0,00	16313,00
30	F	03/07/1967	Assessor Especial II	16313,00	0,00	16313,00
31	F	07/09/1972	Assessor I	8898,00	0,00	8898,00
32	M	07/02/1991	Assessor I	8898,00	0,00	8898,00
33	M	26/07/1983	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
34	M	30/06/1964	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
35	F	30/11/1977	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
36	M	18/09/1959	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
37	F	25/04/1976	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
38	M	23/08/1952	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
39	F	03/02/1961	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
40	F	20/02/1949	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
41	F	02/02/1994	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
42	F	12/05/1960	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
43	F	07/03/1997	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
44	F	18/03/1990	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
45	M	20/02/1979	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
46	F	17/04/1974	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
47	M	24/11/1988	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
48	M	22/04/1959	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
49	F	27/10/1956	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
50	F	21/01/1976	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
51	M	16/04/1989	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
52	M	07/12/1977	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
53	M	14/03/1983	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
54	M	27/09/1991	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
55	F	04/07/1968	Assessor IV	11864,00	0,00	11864,00
56	M	01/07/1973	Assessor IV	25143,51	0,00	25143,51
57	F	02/05/1959	Assistente de Serviços	3885,57	0,00	3885,57
58	F	15/08/1967	Assistente de Serviços			

				3885,57	0,00	3885,57
59	F	09/05/1980	Assistente de Serviços	3885,57	0,00	3885,57
60	M	21/02/1991	Assistente de Serviços	3561,77	0,00	3561,77
61	M	30/09/1978	Assistente de Serviços	3561,77	0,00	3561,77
62	F	27/03/1988	Assistente de Serviços	3561,77	0,00	3561,77
63	F	07/12/1996	Assistente de Serviços	3399,87	0,00	3399,87
64	F	10/04/1974	Assistente de Serviços	3399,87	0,00	3399,87
65	F	28/12/1982	Assistente de Serviços	3885,57	0,00	3885,57
66	F	13/12/1994	Assistente de Serviços	3399,87	0,00	3399,87
67	F	31/03/2001	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
68	F	18/09/2003	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
69	F	21/11/1966	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
70	M	01/01/2002	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
71	F	16/04/1987	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
72	F	26/11/1980	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
73	M	01/11/1985	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
74	M	26/06/1984	Chefe de Assessoria	17796,00	0,00	17796,00
75	F	10/01/1982	Chefe de Assessoria	10677,60	0,00	10677,60
76	M	06/06/1953	Diretor	31115,58	0,00	31115,58
77	M	03/09/1980	Diretor	34227,13	0,00	34227,13
78	M	13/04/1981	Diretor	31115,58	0,00	31115,58
79	M	02/02/1988	Diretor	31115,58	0,00	31115,58
80	M	22/05/1961	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II A	14604,70	3983,10	18587,80
81	M	13/01/1986	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II A	13277,00	0,00	13277,00
82	M	28/01/1979	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
83	M	24/04/1986	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	0,00	13542,54
84	M	22/02/1987	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
85	M	29/05/1982	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
86	M	02/12/1976	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
87	M	17/05/1965	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
88	M	22/09/1984	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
89	M	07/06/1988	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
90	M	04/02/1989	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	0,00	13542,54
91	M	23/12/1968	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	16251,04	4062,76	20313,80
92	F	29/05/1981	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	0,00	13542,54
93	M	18/10/1970	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
94	M	13/06/1982	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
95	M	05/09/1984	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
96	M	27/03/1974	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	13542,54	4062,76	17605,30
97	M	06/05/1986	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II B	14219,66	4062,76	18282,42
98	M	28/02/1983	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
99	F	12/12/1981	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
100	M	28/10/1989	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
101	M	21/02/1991	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
102	M	11/05/1979	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	15194,72	0,00	15194,72
103	M	19/12/1988	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
104	M	29/03/1976	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	13813,39	4144,01	17957,40
105	M	18/05/1984	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C	15194,72	4144,01	19338,73

106	M	17/09/1959	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos III A	17525,64	4381,41	21907,05
107	M	10/08/1948	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos III A	16065,17	0,00	16065,17
108	M	07/10/1954	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos III B	16386,46	4469,03	20855,49
109	M	17/03/1967	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos III C	16714,20	4558,41	21272,61
110	M	12/04/1966	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV A	19278,20	4819,55	24097,75
111	M	12/03/1952	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV A	20884,72	4819,55	25704,27
112	M	11/03/1969	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV A	17671,68	0,00	17671,68
113	F	29/08/1954	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV A	17671,68	0,00	17671,68
114	M	20/09/1965	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	19663,76	0,00	19663,76
115	F	16/12/1956	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
116	M	25/03/1950	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	0,00	18025,11
117	M	22/03/1954	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
118	M	15/07/1960	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
119	M	26/04/1968	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
120	M	20/02/1948	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18844,44	4915,94	23760,38
121	M	24/09/1970	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
122	F	11/10/1970	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
123	M	18/09/1971	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
124	F	04/04/1964	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
125	M	19/11/1969	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
126	M	22/11/1968	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
127	M	01/03/1977	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
128	M	30/05/1952	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
129	F	02/09/1985	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
130	M	11/09/1974	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18844,44	4915,94	23760,38
131	M	01/07/1954	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
132	F	13/05/1978	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
133	M	01/08/1972	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	0,00	18025,11
134	M	31/12/1962	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	0,00	18025,11
135	F	04/09/1959	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV B	18025,11	4915,94	22941,05
136	M	30/08/1976	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	20057,04	5014,26	25071,30
137	M	18/09/1980	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
138	M	21/10/1956	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	0,00	18385,62
139	M	03/12/1976	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	0,00	18385,62
140	F	20/12/1969	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	19221,33	5014,26	24235,59
141	M	06/10/1967	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
142	M	28/03/1973	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
143	M	09/12/1978	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
144	F	11/07/1960	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
145	M	24/04/1965	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos IV C	18385,62	5014,26	23399,88
146	M	02/02/1972	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12673,50	0,00	12673,50
147	M	19/01/1962	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	0,00	12070,00
148	M	21/02/1970	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
149	M	01/07/1980	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	0,00	12070,00
150	M	01/09/1981	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
151	M	30/04/1971	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
152	M	20/10/1982	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
153	M	21/01/1988	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00

154	M	19/05/1987	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	0,00	12070,00
155	F	09/04/1971	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
156	F	12/07/1979	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	0,00	12070,00
157	M	15/07/1971	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
158	M	27/06/1944	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos VI B	23793,15	0,00	23793,15
159	M	01/01/1956	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos VI C	24269,02	6067,25	30336,27
160	F	19/03/1992	Gerente	21043,60	0,00	21043,60
161	M	07/08/1988	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
162	F	14/04/1983	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
163	M	13/07/1969	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
164	M	17/01/1988	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
165	F	09/11/1988	Gerente	24490,99	0,00	24490,99
166	F	05/06/1978	Gerente	26467,60	0,00	26467,60
167	M	27/03/1977	Gerente	24490,99	0,00	24490,99
168	F	25/03/1981	Gerente	29063,22	0,00	29063,22
169	F	28/06/1990	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
170	M	28/10/1960	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
171	F	31/01/1982	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
172	M	17/01/1972	Gerente	29063,22	0,00	29063,22
173	F	30/10/1982	Gerente	25181,65	0,00	25181,65
174	M	02/07/1979	Gerente	24490,99	0,00	24490,99
175	F	13/11/1981	Gerente	24220,14	0,00	24220,14
176	M	10/10/1990	Gerente	24490,99	0,00	24490,99
177	M	01/03/1975	Gerente	26157,99	0,00	26157,99
178	F	15/05/1988	Gerente	24220,14	0,00	24220,14
179	M	18/02/1989	Gerente	24897,26	0,00	24897,26
180	F	14/11/1976	Gerente	28702,71	0,00	28702,71
181	F	23/06/1980	Gerente	29063,22	0,00	29063,22
182	M	24/05/1980	Gerente	24220,14	0,00	24220,14
183	F	04/10/1969	Gerente	27185,33	0,00	27185,33
184	M	19/11/1976	Gerente	24490,99	0,00	24490,99
185	M	20/06/1984	Gerente	29063,22	0,00	29063,22
186	M	14/07/1972	Ouvidor	20762,00	0,00	20762,00
187	F	02/06/1981	Secretário Executivo	29558,94	0,00	29558,94
188	F	27/02/1982	Superintendente	33458,13	0,00	33458,13
189	M	03/01/1979	Superintendente	33458,13	0,00	33458,13
190	M	12/02/1962	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
191	M	16/05/1962	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
192	M	06/08/1965	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
193	M	05/08/1975	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
194	F	31/07/1990	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
195	F	22/01/1988	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
196	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
197	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
198	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
199	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
200	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
201	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00

202	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
203	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
204	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
205	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
206	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
207	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
208	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
209	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
210	M ou F	Indefinido	Agente de Suporte à Regulação I A	3944,00	0,00	3944,00
211	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
212	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
213	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
214	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
215	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
216	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
217	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
218	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
219	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
220	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
221	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
222	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
223	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
224	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
225	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
226	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
227	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
228	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
229	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
230	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
231	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
232	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
233	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
234	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
235	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
236	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
237	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
238	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
239	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
240	M ou F	Indefinido	Analista de Suporte a Regulação I A	10366,00	0,00	10366,00
241	M ou F	Indefinido	Assessor Especial I	13347,00	0,00	13347,00
242	M ou F	Indefinido	Assessor Especial I	13347,00	0,00	13347,00
243	M ou F	Indefinido	Assessor Especial II	16313,00	0,00	16313,00
244	M ou F	Indefinido	Assessor I	8898,00	0,00	8898,00
245	M ou F	Indefinido	Assessor I	8898,00	0,00	8898,00
246	M ou F	Indefinido	Assessor III	10381,00	0,00	10381,00
247	M ou F	Indefinido	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
248	M ou F	Indefinido	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50
249	M ou F	Indefinido	Assistente IV	5190,50	0,00	5190,50

[illegible]

298	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
299	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
300	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
301	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
302	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
303	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
304	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
305	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
306	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
307	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
308	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
309	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
310	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
311	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
312	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
313	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
314	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
315	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
316	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
317	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
318	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
319	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
320	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
321	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
322	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
323	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
324	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
325	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
326	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
327	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
328	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
329	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
330	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
331	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
332	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
333	M ou F	Indefinido	Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos I A	12070,00	3621,00	15691,00
334	M ou F	Indefinido	Gerente	17796,00	0,00	17796,00
335	M ou F	Indefinido	Superintendente	23728,00	0,00	23728,00
TOTAL				4648643,91	562171,25	5210815,16

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

O valor estimado da contratação será tratado como **sigiloso**, nos termos do **artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**, que regulamenta o § 1º do artigo 23 da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, dispondo sobre o procedimento administrativo para definição de valores estimados em aquisições e contratações no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

A opção pela confidencialidade tem por objetivo preservar a **competitividade do certame**, evitando que o conhecimento prévio do valor orçado influencie artificialmente a formação das propostas. Ao manter o valor estimado em sigilo até a conclusão do julgamento, busca-se obter ofertas que reflitam com maior precisão os preços efetivamente praticados pelo mercado, prevenindo **sobrep preço ou subavaliação**, em conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, o **custo estimado da contratação do seguro de vida em grupo não será divulgado previamente**, e sua apuração seguiu os parâmetros legais e administrativos estabelecidos no referido decreto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A natureza do objeto — contratação de seguro de vida em grupo — não comporta fracionamento ou divisão em parcelas independentes, uma vez que se trata de um serviço indivisível, prestado de forma contínua e uniforme a um grupo determinado de segurados.

Dessa forma, a **execução contratual será o de empreitada por preço unitário**, com remuneração mensal proporcional ao número de vidas seguradas ativamente no período.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi indicada no Documento de Formalização da Demanda nº 472/2024, fazendo parte do Planejamento da ARSESP para o ano de 2025 e está prevista no orçamento anual.

12. Garantia Contratual

Não foi prevista, no Termo de Referência, a exigência de **garantia contratual nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista a **natureza específica do objeto** e a **forte regulação do setor de seguros**.

As empresas seguradoras são supervisionadas por órgãos como a **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)** e estão sujeitas a exigências rigorosas de **solvência, constituição de reservas técnicas e auditoria regulatória permanente**, o que mitiga substancialmente o risco de inadimplemento contratual. Ademais, os prêmios do seguro serão pagos **mensalmente e de forma proporcional**, apenas em relação às vidas efetivamente cobertas, o que proporciona à Administração **controle direto sobre a execução e a contraprestação do serviço**.

Adicionalmente, a exigência de garantia contratual deve ser proporcional ao risco envolvido e ao valor do contrato. No caso de um seguro de vida em grupo, o valor potencial de um sinistro (como, por exemplo, o valor devido em caso de morte de um segurado) pode ser substancialmente maior que o valor de uma garantia contratual típica, que geralmente varia entre 5% e 10% do valor do contrato.

Destaca-se, ainda, que os pagamentos à contratada ocorrerão **somente após a prestação do serviço**, mediante a verificação da cobertura mensal contratada e da emissão da fatura correspondente. Nessas condições, a **exigência de garantia contratual revela-se dispensável**, pois **não haverá adiantamento de recursos**.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de seguro de vida em grupo, em conformidade com a legislação vigente, é uma prática consolidada na Administração Pública e nas entidades privadas, contribuindo para a proteção social dos empregados e de seus dependentes. No âmbito da ARSESP, essa medida reforça o compromisso institucional com o bem-estar dos seus colaboradores, garantindo segurança financeira em casos de eventos imprevisíveis, como morte ou invalidez.

Além de atender às previsões do **artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 1.322/2018**, a contratação evidencia a responsabilidade social da Agência e colabora para a construção de um ambiente de trabalho mais acolhedor, seguro e valorizador da dignidade humana.

14. Providências a serem Adotadas

As principais providências para a contratação do seguro de vida em grupo são:

- **Planejamento:** Levantamento do perfil dos colaboradores (remuneração, idade, sexo, afastamentos e histórico de sinistros) e definição das coberturas necessárias.
- **Documentação Técnica:** Elaboração do ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência, com justificativa de sigilo e critérios objetivos de contratação e pesquisa de preços.
- **Licitação:** Preparação do edital, análise jurídica, aprovação da Diretoria Colegiada e publicação do certame.
- **Contratação:** Julgamento das propostas, adjudicação e assinatura do contrato.
- **Execução e Gestão:** Divulgação aos empregados, envio da base de segurados, emissão das apólices e fiscalização da execução contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não envolve aquisição de bens materiais nem serviços com impacto ambiental significativo direto. Trata-se de serviço de natureza intangível, prestado de forma contínua, sem consumo de recursos naturais ou geração de resíduos.

Ainda assim, a contratada deverá adotar boas práticas de governança e responsabilidade socioambiental, especialmente no que se refere à emissão e ao envio eletrônico de documentos (certificados, faturas e comunicações), de forma a reduzir o uso de papel e minimizar impactos ambientais indiretos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da cobertura securitária aos empregados e servidores da ARSESP, o encerramento do contrato atual em outubro de 2025, a viabilidade orçamentária, a compatibilidade com a legislação vigente e a maturidade do objeto, **declara-se viável a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo.**

A contratação atende ao interesse público, está alinhada às diretrizes institucionais de valorização do servidor e dispõe de oferta consolidada no mercado, com regras claras de regulação e execução contratual.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GHISELA MARTINS FRITSCHI

Gerente de Recursos Humanos



Assinou eletronicamente em 10/07/2025 às 18:32:54.

18 de 18

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90005/2025, CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, E A EMPRESA OBJETIVANDO contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas.

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, com sede R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, CEP: 05411-000 , na cidade de São Paulo - SP , inscrita no CNPJ sob o nº 02.538.438/0001-53, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor Thiago Mesquita Nunes, nomeado pelo Decreto de 13 de abril de 2024, publicada no DOE de 15 de abril de 2024, portador da identificação funcional nº 10043, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que [consta no Processo SEI nº 133.00001826/2025-10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o](#) presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2025 mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Seguro de Vida em Grupo	26581	Unitário	335	Sigiloso	Sigiloso

1.3 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida na ordem de serviço para o início da execução dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.2 O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.3 Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.4 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.5. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.8 Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois)

meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.9 Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$....., perfazendo o valor total estimado de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. O valor da taxa mensal será fixo e irrevogável durante o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **1 mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada

pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada, excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que [desempenhe\(ou\) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de

negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18 Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21 Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco

aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo [administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.](#)

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.1. [pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.1. [O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.](#)

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
--

10.1 Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução [do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes \(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD\)](#), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

10.2 O Contratado:

10.2.1 quando se caracterizar como operador que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, deve:

10.2.1.1 observar as instruções por escrito do Contratante para execução desse tratamento;

10.2.1.2 implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#);

10.2.1.3 adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

10.2.2 quando se caracterizar como controlador de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#), seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e

prevenção.

10.3 O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.4 Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o [estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.5 O Contratado deve comunicar na primeira oportunidade possível ao Contratante o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento pelo Contratante da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.6 Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever do Contratado eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do artigo 16 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), quando for o caso e nos seus estritos limites.

10.7 O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

10.8 O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não foi exigida garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento).

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens “e” a “h” do item 12.1, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item “c” do item 12.1, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para a infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvada a inexecução parcial que não resulte em grave dano à Administração, à qual será aplicada a sanção de advertência.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a [obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante \(art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este

instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.](#)

13.1.2. [O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e [disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. [Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio [oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

CONTRATANTE

CONTRATADO

NOME

Cargo

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(deverá ser elaborada em papel timbrado e entregue apenas pela vencedora do certame)

PREGÃO ELETRÔNICO ARSESP Nº 90005/2025

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL pelo período integral do Contrato, isto é, 12 (doze) Meses
1	Seguro de Vida em Grupo	26581	Unitário	335		

DECLARO, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

DECLARO que os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA OS 12 (DOZE) MESES: R\$ (reais)

Condições Gerais:

a) Local de Entrega das Notas Fiscais: Gerência de Acompanhamento de **Processos e Protocolo, R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 05411-000.**

b) Prazo de Execução: será de 12 meses

c) Validade da Proposta: 60 dias

d) Seguem os dados da empresa e do(s) representante(s) legal(is) que assinará(ão) o contrato:

Nome:

R.G.:

Cargo:

CPF:

Profissão:

Nacionalidade:

Estado civil:

Razão Social da Empresa:

Endereço completo:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Telefone: ()

Fax e e-mail:

Agência Banco do Brasil S/A

Conta corrente n.:

Data, Nome e

Assinatura:

ANEXO V
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)
ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico 90005/2025, Processo Sei nº 133.00001826/2025-10, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

LC-01-TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO TCE nº 01/2024, de 24/05/2024 em combinação com o Comunicado GP nº 48/2022, de 29/08/2022)

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ARSESP Nº 90005/2025

OBJETO: Contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Thiago Mesquita Nunes

Cargo: Diretor-Presidente

CPF: 347.228.888-27

Assinatura:

GESTOR (ES) DO CONTRATO:

Nome completo: Ghisela Martins Fritschi

Cargo: Gerente

CPF: 396.940.648-05

Assinatura:

Nome completo: Ana Eliza Favero

Cargo: Analista de Suporte a Regulação

CPF: 311.501.388-40

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Nome:

Cargo: CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

ANEXO VII**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR**

CONTRATANTE: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.438/0001-53.

CONTRATADA:

CONTRATO: ARSESP nº 90005/20258

PROCESSO: 133.00001826/2025-10

OBJETO: Contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas.

DATA DA ASSINATURA: data da última assinatura digital.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato

VALOR: R\$

No exercício da competência prevista no artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 1.413, de 23/09/2024, em cumprimento ao determinado pelo artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 c/c artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220, de 15/12/2023, designo os empregados públicos, abaixo qualificados, como responsáveis pela gestão e fiscalização da prestação de serviços contratada, observadas as atribuições previstas nos artigos 16, 17 e 18 do Decreto retro citado (ANEXO).

Ademais, solicito que consignem suas assinaturas neste Despacho como formalização de sua ciência à designação predita.

Gestora do Contrato

Nome completo: Ghisela Martins Fritschi

Cargo: Gerente

CPF: 396.940.648-05

E-mail institucional: gmfritschi@sp.gov.br

Telefone de contato: (11) 3204-2027

Setor de lotação: Gerência de Recursos Humanos

Endereço: Rua Cristiano Viana, 428 – Cerqueira César – São Paulo/SP – 05411-000

Substituto

Nome completo: Ana Eliza Favero

Cargo: Analista de Suporte a Regulação

CPF: 311.501.388-40

E-mail institucional: afavero@sp.gov.br

Telefone de contato: (11) 3204-2266

Setor de lotação: Gerência de Recursos Humanos

Endereço: Rua Cristiano Viana, 428 – Cerqueira César – São Paulo/SP – 05411-000

Fiscal

Nome completo: Nadia Ribeiro de Lima

Cargo: Assistente IV

CPF: 219.905.428-40

E-mail institucional: nrlima@sp.gov.br

Telefone de contato: (11) 3204-2281

Setor de lotação: Gerência de Recursos Humanos

Endereço: Rua Cristiano Viana, 428 – Cerqueira César – São Paulo/SP – 05411-000

Substituto

Nome completo: Katia Rita Soato Bold

Cargo: Assistente IV

CPF: 101.189.068-28

E-mail institucional: kbold@sp.gov.br

Telefone de contato: (11) 3204-2045

Setor de lotação: Gerência de Recursos Humanos

Endereço: Rua Cristiano Viana, 428 – Cerqueira César – São Paulo/SP – 05411-000

THIAGO MESQUITA NUNES

Diretor-Presidente

ANEXO

Transcrição dos artigos 2º (incisos III, IV e V), 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15/12/2023

Artigo 2º - Para os fins deste decreto, considera-se:

I - gestão de contrato: atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos;

II - fiscalização técnica: atividade de acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato, incluindo a aferição da quantidade, da qualidade, do tempo e do modo da prestação ou da execução do objeto, em conformidade com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento;

III - fiscalização administrativa: atividade de acompanhamento dos aspectos administrativos

contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

Artigo 16 - Ao gestor do contrato cabe acompanhar, com auxílio dos fiscais técnicos, administrativos e setoriais, todas as etapas da execução contratual, em especial:

I - analisar:

a) pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) propostas de alteração contratual;

II - receber definitivamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou prestação de serviço;

IV - digitalizar e armazenar documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo;

V - garantir a inserção e manutenção dos dados referentes ao contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

VI - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, com menção ao desempenho do contratado na execução contratual e às penalidades aplicadas;

VII - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VIII - adotar as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, de que trata o artigo 158 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IX - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.

Parágrafo único - As informações de que trata o inciso VI deste artigo serão objeto de anotação em cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Artigo 17 - Aos fiscais técnicos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos técnicos, em especial:

I - sanar dúvidas ou divergências técnicas relacionadas à execução do objeto;

II - registrar, em relatório de vistoria técnica ou em documento pertinente, as ocorrências

relevantes e respectivas sugestões de regularização, comunicando-as ao gestor do contrato;

III - realizar, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada;

IV - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da prestação de serviços ou da execução de obras;

V - conferir e atestar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - avaliar os serviços executados;

VII - zelar pela observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para o perfeito cumprimento do objeto;

VIII - emitir pareceres técnicos em pedidos de alterações contratuais;

IX - solicitar a realização de testes, exames e ensaios necessários para realizar controle de qualidade da execução do objeto;

X - receber provisoriamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

XI - propor a aplicação de penalidades à contratada;

XII - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) armazenar os documentos relativos a projetos, alvarás, ART's ou RRT's e demais elementos de instrução referentes a projetos arquitetônico e complementares;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XIII - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16, deste decreto.

Parágrafo único - A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada mediante aferição, no que couber:

1. de resultados alcançados, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

2. dos recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

3. da qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

4. da adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5. do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6. da produtividade pactuada e efetivamente realizada para fins de verificação de eventual subdimensionamento e, se identificada a sua caracterização, proposta de adequação contratual.

Artigo 18 - Aos fiscais administrativos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos administrativos, em especial:

I - sanar dúvidas ou divergências administrativas relacionadas à execução do objeto;

II - realizar tarefas de controle de prazos, de acompanhamento de empenhos, pagamentos, garantias e glosas, de formalização de apostilamentos e de termos aditivos;

III - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, inclusive, mediante eventual solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;

IV - registrar, em documento pertinente, as ocorrências relevantes, comunicando-as ao gestor do contrato com propostas de regularização;

V - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

VI - receber o objeto provisoriamente, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

VII - propor a aplicação de penalidades à contratada;

VIII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

IX - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16, deste decreto.

ANEXO VIII

LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE - SP

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP

CNPJ Nº: 02.538.438/0001-53

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ARSESP Nº 90005/2025

DATA DA ASSINATURA: na data da última assinatura digital

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato

OBJETO: Contratação de serviços de seguro de vida em grupo, para uma quantidade estimada de 335 vidas.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente **licitação**, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

São Paulo, na data da última assinatura digital

Responsável:

Nome: **Thiago Mesquita Nunes**

Cargo: **Diretor-Presidente**

e-mail: **tmnunes@sp.gov.br**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0081151060** e o código CRC **E4B40A2E**.
